

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRA,
ESTADO DO PARANÁ.**

**REF. CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO DO EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL Nº 021/2022**

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 35.447.839/0001-57, Nome Fantasia **LP CAR**, com sede na Rua Pessegueiros, nº 520, Jardim Aurora, no município de Figueira, Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, neste ato representada por seu sócio administrador **LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO**, portador do RG nº 12.802.018-7, inscrito no CPF sob o nº 101.618.299-61, vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor estas **CONTRARRAZÕES**, ao inconsistente recurso apresentado pela empresa **FABRICIO WESSLER**, perante essa distinta administração que de forma absolutamente coerente declarou a Contrarrazoante vencedora do processo licitatório em pauta.

O que o faz nos seguintes termos.



1

PRELIMINARMENTE

A PARTICIPAÇÃO DE PARENTES DE VEREADORES NAS LICITAÇÕES

Com todo respeito, mas antes é necessário tecer alguns comentários muito pertinentes ao caso em tela.

É sabido que a Recorrente tem como legítimo proprietário o Sr. Fabricio Wessler, e também é sabido que o Sr. Fabrício Wessler é filho legítimo do Sr. Edson José Wessler, que é Vereador e Presidente da Câmara Municipal deste município.

Pois bem,

A pergunta que não se cala é: Um licitante cujo o pai é Vereador e Presidente da Câmara Municipal pode participar de pregão presencial?

Em princípio, um licitante cujo pai é Vereador no Município pode participar de pregão presencial no mesmo.

A ordem econômica, segundo a Constituição Federal, é fundada na livre iniciativa, de modo que é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Ademais, no mesmo preceito constitucional, há o princípio da livre concorrência (CF, Art. 170).

Isso significa que no Brasil há liberdade de empreendedorismo, quando exercido nos limites da livre concorrência.

Ou seja, a livre iniciativa de alguém empreender não implica na possibilidade de violar o direito alheio de concorrer livremente.

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name. There is a small number '2' written above the signature.

A liberdade empresarial também encontra fronteiras no princípio da legalidade, pelo qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (CF, Art. 5º, II).

De outro lado, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios submete-se aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, Art. 37).

Então, além de estarem de acordo com a legislação, os atos da administração não podem contrariar o princípio da moralidade administrativa, dentre outros.

Nessa narrativa, há controvérsias a propósito da participação de parentes de servidores em licitações e contratações.

O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem, conforme disposto no Art. 1.593 do Código Civil.

O servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação não pode participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, segundo as disposições da Lei nº 8.666/93, art. 9º, III.

Todavia, nesta Lei não há proibição expressa à participação de parentes.

Porém, não são raras as interpretações ampliativas baseadas na finalidade e na axiologia (valores implícitos na norma).

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.

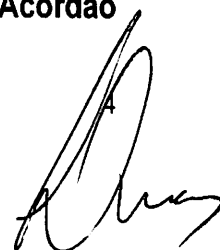
Nessa perspectiva, se a licitude compreende a legalidade, como também a moralidade, a finalidade e a legitimidade, então podem ser ampliados os casos de improbidade administrativa consistentes em *“frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente”*. (Lei nº 8.429/1992, Art. 10, VIII).

De qualquer modo, a jurisprudência tem se inclinado de forma contrária à participação de parentes, devido ao risco de prejuízo à livre competição na licitação, o que macularia a isonomia entre os interessados.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu que o Município de Brumadinho – MG tem competência suplementar para legislar sobre normas específicas em matéria de licitação. E mais, que a sua Lei Orgânica não violou a Constituição Federal *ao impor a “proibição de contratação com o Município dos parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até seis meses após o fim do exercício das respectivas funções”*. (RE 423.560)

De modo análogo, o Tribunal de Contas da União – TCU decidiu que a *“contratação pela Administração de empresas pertencentes a parentes de gestor público envolvido no processo caracteriza, diante do manifesto conflito de interesses, violação aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.”* (Acórdão 1941/2013).

Ademais, o TCU decidiu que a *“participação de empresa cujo sócio tenha vínculo de parentesco com servidor da entidade licitante afronta, por interpretação analógica, o disposto no art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993. A alteração do contrato social no curso do certame não descaracteriza a irregularidade e constitui indício de simulação e fraude à licitação”*. (Acórdão 1019/2013).



Consequentemente, é necessário que o processo licitatório possa comprovar o pleno acatamento ao Art. 3º da Lei nº 8.666/93: *"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*


Portanto, a participação de parentes de servidores em licitações não é ilegal, porque a legislação aplicável geralmente não o diz literalmente.

Porém, nessa circunstância, o processo licitatório deve ser realizado em perfeita e superlativa conformidade com os ditames legais e os princípios constitucionais, em razão da maior exposição decorrente da participação de parentes no certame.

Diante de tudo o que foi posto, não resta outra conclusão plausível a ser dita a não ser esta:

A participação no Pregão Presencial nº 021/2022 realizado pelo município de Figueira, Comarca de Curiúva, Estado do Paraná da empresa que tem como proprietário o Sr. Fabrício Wessler, filho do Vereador e Presidente da Câmara Municipal Sr. Edson José Wessler, **NÃO É ILEGAL, MAS É IMORAL.**

Imoralidade essa que deve ser pormenorizadamente avaliada por esta *douta* Comissão Licitante.

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.

I) INTRÓITO

Ilustre Pregoeiro e Comissão de Licitação do Poder Executivo, do Município de Figueira, Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, o respeitável julgamento das contrarrazões interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa Contrarrazoante confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso direito líquido e certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

II) DO DIREITO PLENO AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A Contrarrazoante faz constar o seu pleno direito as Contrarrazões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

A Contrarrazoante solicita que o Ilustre Senhor Pregoeiro e essa *douta* Comissão de Licitação do Poder Executivo de Figueira/PR, conheça o recurso e analise todos os fatos apontados, tomando para si a responsabilidade do julgamento.

Do Edital de Licitação – *verbis*:

[...]

16.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começaram a correr do termino do prazo do recorrente, sendo-lhes asseguradas vista imediata dos autos.

A Contrarrazoante é uma empresa séria e, como tal, preparou sua documentação totalmente de acordo com o edital, que foi prontamente aceita por essa Administração.



Essa pertinente comissão não pode, sequer, vislumbrar qualquer erro na proposta da licitante em questão.

Entretanto, a Recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, interpôs um recurso absurdo, que não corresponde à realidade, e, seguramente não será reconhecido.

III) MÉRITO

A Recorrente motivou recurso (efêmero) alegando o seguinte –
verbis:

[...]

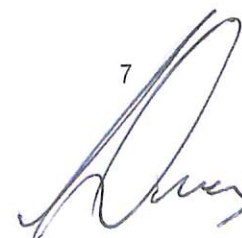
Referida Licitação no item 6.2, letra g, prevê que:

A proposta deve conter marca do produto e serviço.

Por ocasião do oferecimento da proposta a empresa **LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO** não observou as disposições contidas no edital.

Acontece que, o recurso apresentado pela Recorrente alegando o não cumprimento do edital por parte da Contrarrazoante, o que demonstra, claramente, conforme vamos demonstrar, um profundo desconhecimento do diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte da Recorrente, vejamos.

A Recorrente em seu manifesto de recurso, manifestou-se de forma vaga e subjetiva, pois limitou-se apenas a alegar que a Contrarrazoante não teria informado a marca dos produtos e dos serviços a serem utilizados.

7


De simples análise verifica-se que a Recorrente não se deu ao trabalho de quer de motivar ou circunstanciar seu manifesto.

A Contrarrazoante é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora do presente processo.

E como tal, levando em consideração, o que a Recorrente manifestou mediante razões ao recurso, e buscando sempre a transparência nos seus atos praticados, descreve neste momento suas contrarrazões.

Da Contrarrazoante não apresentar a MARCA dos produtos e serviços, não merece prosperar de maneira alguma tal tese, pois perfaz a inverdade e não acarreta dano ou prejuízo algum ao certame licitatório.

Consultando o Edital do Processo Licitatório nº 021/2022, quanto ao objeto, temos que – verbis:

*1.1 - Constitui objeto deste Pregão Presencial Registro de preços para contratação de empresas especializadas na realização de **serviços de funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios, para os diversos veículos e desta municipalidade**, sendo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTOS sobre as tabelas: Será utilizado como critério de valoração para atribuição do desconto, o sistema AUDATEX ou SINDIREPA/PR, critério da administração, ou **sistema de qualidade similar ou superior**, e, na ausência desses, poderá ser consultado o preço na tabela de preço nas revendedoras autorizadas, conforme Tabelas de Tempos de Reparos e de Preços a Varejo das Peças e Acessórios, obtidos junto às concessionárias (revendas) ou aos fabricantes dos veículos, vigentes na execução dos serviços, para geração de pedido e Identificação imediata da peça a ser fornecida, mediante a verificação do preço sugerido pela montadora. Nas quantidades e especificações constantes de anexo I do Edital.*

8


Veja bem, nobre Pregoeiro, contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios, para os diversos veículos e desta municipalidade.

Destaca-se: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

E na nossa prestação de serviços destacamos a MARCA, como **LP CAR**, por óbvio.

Continuamos, consultando o edital em questão – *verbis*:

[...]

1.7 - Os Produtos/serviços ora licitados deverão ser de primeira qualidade, em caso dos produtos/serviços licitados e adquiridos serem recusados por má qualidade ou fora das especificações exigidas no presente Termo de Referência, o mesmo deverá ser trocado/refeito no prazo máximo de 02 (dois) dias.

Seguindo a mesma linha de raciocínio temos que para serviços de primeira qualidade ainda temos que a MARCA, é **LP CAR**. Está intrínseco à informação, afinal é a empresa que vai prestar os serviços.

Agora, quanto a MARCA dos produtos, como informar?

Quais produtos serão esses?

Pode acontecer de o prestador de serviços chegar para realizar o serviço e, após exame do caso concreto, constatar que o conserto requer somente o aperto de um parafuso frouxo ou o desamassar de uma lataria, entre outras palavras, o conserto necessita somente da prestação de serviços, não é necessária a troca de nenhum produto, nesse caso, a MARCA seria a da prestadora de serviços, ou seja, **LP CAR**.

Veja bem, nobre Pregoeiro, contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios, para os diversos veículos e desta municipalidade.

Destaca-se: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

E na nossa prestação de serviços destacamos a MARCA, como **LP CAR**, por óbvio.

Continuamos, consultando o edital em questão – *verbis*:

[...]

1.7 - Os Produtos/serviços ora licitados deverão ser de primeira qualidade, em caso dos produtos/serviços licitados e adquiridos serem recusados por má qualidade ou fora das especificações exigidas no presente Termo de Referência, o mesmo deverá ser trocado/refeito no prazo máximo de 02 (dois) dias.

Seguindo a mesma linha de raciocínio temos que para serviços de primeira qualidade ainda temos que a MARCA, é **LP CAR**. Está intrínseco à informação, afinal é a empresa que vai prestar os serviços.

Agora, quanto a MARCA dos produtos, como informar?

Quais produtos serão esses?

Pode acontecer de o prestador de serviços chegar para realizar o serviço e, após exame do caso concreto, constatar que o conserto requer somente o aperto de um parafuso frouxo ou o desamassar de uma lataria, entre outras palavras, o conserto necessita somente da prestação de serviços, não é necessária a troca de nenhum produto, nesse caso, a MARCA seria a da prestadora de serviços, ou seja, **LP CAR**.

Não obstante, toda norma jurídica deve ser interpretada com inteligência, a saber, se a Contrarrazoante é a prestadora dos serviços, logo, vende qual marca?

A sua, evidentemente.

É evidente que a informação da MARCA da prestadora de serviços – como é o caso – traz total segurança jurídica ao certame.

Ainda temos que, nem mesmo no documento COTAÇÃO DE PREÇOS, (enviado pela Comissão de Licitação a todas as empresas participantes) onde deveriam ser registrados os preços dos serviços que seriam praticados pela empresa participante, se exigia a descrição da marca do produto ou serviço – *verbis*:

COTAÇÃO DE PREÇOS

FORNECEDOR: _____

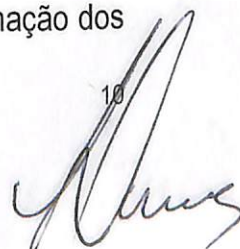
CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE/FAX: _____ e-mail: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD/ HORAS	% DE, DESCONTO	VALOR UNIT (H) HORA	VALOR TOTAL
01	PEÇAS DE FUNILARIA PARA PINTURA (CORRETIVA, PREVENTIVA E ESTÉTICA) EM VEÍCULOS LEVES	01			
	SERVIÇOS DE FUNILARIA, PINTURA (CORRETIVA, PREVENTIVA E ESTÉTICA) E CAPOTARIA/TAPEÇARIA				

No caso ainda temos que, se a Recorrente preencheu, corretamente, todos os documentos solicitados pela Comissão de Licitação, **provavelmente nem a própria Recorrente descreveu a marca dos produtos e serviços que utilizaria**, tendo em vista que não foi solicitado quando da informação dos

10


preços dos serviços que seriam praticados pela empresa participante, conforme documento acima.

Assim, a falta da marca (do produto ou serviço) nada gera de gravame à legitimidade da oferta ou segurança do processo ou mesmo de atendimento ao edital, conforme já decidiu a jurisprudência – verbis:

“Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (STF - RMS 23.714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, p. 21) (grifo nosso)

No caso em concreto, não basta ler um item do edital, mas impõe-se sua interpretação integral e integrada para fins de alcançar a verdadeira inteligência do certame.

Tal expediente, é comum e de uso corrente das boas Administrações, como a ora Comissão dessa licitação.

Não se pode olvidar que a licitação na modalidade pregão caracteriza-se pelo objetivo de imprimir celeridade e eficiência nas contratações públicas, por meio da simplificação das regras procedimentais, condicionada aos princípios básicos estabelecidos no art. 4º do decreto nº 3.555/2000:

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.



Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Convém ainda destacar, nobre Pregoeiro e doutra Comissão, que, a verificação de condições de aceitação dos documentos apresentados em licitações públicas deve ser feita com observância dos requisitos que se prestam à sua finalidade, contudo, sem apego exagerado às formalidades e rigorismos literais que possam iludir ou desviar os agentes administrativos responsáveis pela condução dos certames dos propósitos fundamentais do procedimento, dele afastando ofertas válidas e participantes qualificados.

O que deve importar na licitação pública, *data vênia*, é a **substância das coisas e não o rigorismo dos atos.**

Assim, no caso em tela, restaram presentes os documentos habilitatórios com as exigências contidas no edital, bem como comprovada a aptidão da Contrarrazoante para a execução do objeto licitado, e ao final foi declarada legítima vencedora.

Assim, qualquer outro documento acessório, expressão ou informação, eventualmente não incluso, constitui mero vício formal, sem qualquer repercussão na esfera de direito dos participantes.

Além do mais, na decisão de Vossa Senhoria deve ser observada a regra do parágrafo único do artigo 4º do decreto nº 3.555 de 2000, ou seja, foi feita a interpretação das normas do edital em favor da ampliação da disputa e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que foi habilitada a licitante que ofereceu o melhor preço, neste caso a ora Contrarrazoante.

Neste sentido é conveniente trazer à baila também os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que também regem a licitação na modalidade pregão, e para tanto socorremo-nos das precisas lições de Marçal Justen Filho:

"A Administração está constrangida a adotar alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor conseqüências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem se interpretadas como instrumentais..." (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2000).

Não há como negar que a finalidade maior do processo licitatório é a aquisição da melhor proposta a ser obtida pela Poder Público, mediante disputa a ser desenvolvida entre interessados, que devem ser tratados, em todo o decorrer do certame, de forma isonômica.

Entretanto, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem ser observados, posto que, em eventual infração ao instrumento convocatório, mostrando-se mínima, o interesse da Administração deve prevalecer em detrimento do excesso de formalismo.

O objeto da licitação é a prestação de serviços de funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios, para os diversos veículos do município de Figueira/PR.

Portanto, a prestação de serviços, inegavelmente vem a ser o principal objeto contratual licitatório, sendo acessória qualquer informação da marca de um suposto produto, que não se sabe se eventualmente necessitará de uma substituição.

Logicamente, a prestação de serviços é que comporta o maior significado do objeto da licitação.

Ainda no presente caso, o teor da possível infração, pela Contrarrazoante, ao instrumento convocatório, mostrou-se mínima.

Os documentos principais que demonstram a sua aptidão para a execução dos serviços, constam do processo licitatório, não cabendo a sua exclusão em face da, eventual, não apresentação/informação da marca do produto ou serviço.

Aliado ao fato ainda que no próprio edital faz constar somente prestação de serviços, cujo marca a ser considerada é a da própria prestadora de serviços LP CAR.

Trata-se, portanto, de uma questão formal, a qual não inviabiliza a essência jurídica do ato, sendo dever da Administração considerá-lo como válido o ato, aplicando o princípio do formalismo moderado.

A essência de tal princípio é representada pela presença dos erros ou vícios formais, os quais podemos definir como aqueles que, mesmo caracterizando infração ao instrumento convocatório, e até mesmo a textos normativos, não ofendem à essência do interesse que a forma visa exteriorizar.

Conforme preceitua o professor Carlos Pinto Coelho Mota em sua obra *"Eficácia nas Licitações e Contratos - Estudos e Comentários às Leis 8666/93 e 8987/95"*:

"Falhas formais, portanto, são aquelas decorrentes de atos impróprios, ilegais, praticados pela Administração ou por parte de quem com ela se relaciona, mas que não afetem ou digam respeito ao seu conteúdo, isto é, como o próprio nome diz, são de mera forma. Não maculam a essência do ato praticado ou da manifestação realizada. (...). Uma falha formal identificada na documentação ou proposta dos licitantes, por exemplo, não

significa que o licitante deva ser inabilitado ou a sua proposta desclassificada"

Nossa jurisprudência já tem farta gama de decisões que repudiam o excesso de formalismo nas licitações públicas, das quais destacamos as seguintes:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. MENOR PREÇO POR ITEM. EXCESSO DE FORMALISMO. ERRO FORMAL. QUANTITATIVO EQUIVOCADO. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. I – A discriminação equivocada da quantidade do objeto da licitação constitui mero erro formal, não causando nenhum prejuízo à administração, tanto mais porque a impetrante apresentou o menor preço por item, conforme art. 6.6 do edital; II – o princípio da igualdade entre as licitantes não foi desrespeitado porque ofertados a todas as mesmas oportunidades. Soma-se que na aplicação de tal princípio, deve-se sopesar que uma das finalidades da licitação é a participação do maior número de concorrentes; III – a concepção moderna das regras do processo licitatório, como instrumento de realização do fim colimado – seleção de melhor proposta – repudia o excesso de formalismo, que culmina por inviabilizá-lo; IV – segurança concedida. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. MANDADO DE SEGURANÇA N.º 023443/2007) CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EDITAL. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA. REQUISITO NÃO CUMPRIDO PELA LICITANTE DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME. OPÇÃO DA AUTORIDADE POR REGRA EDITALÍCIA QUE AUTORIZA RELEVAR ASPECTOS FORMAIS. PRESERVAÇÃO DA FINALIDADE DO CERTAME. ADEQUAÇÃO DA POSTURA ADMINISTRATIVA. CONDIÇÃO QUE EM NADA CONTRIBUI PARA O OBJETO DA LICITAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL QUE DEVE ESTAR EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

Nobre Pregoeiro(a) e Comissão de Licitação, somente diante da ausência da marca (produto ou serviço), a Recorrente busca a desclassificação da Contrarrazoante por descumprimento as regras do instrumento convocatório, inclusive pleiteando oportunidade de abertura do envelope de habilitação, uma vez que está em 2º lugar no pleito licitatório.

15


Senhor Pregoeiro, é princípio básico: *"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada"*.

O edital nº 021/2022, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado.

Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

De fato, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até findo o certame, proibindo-se a existência de cláusulas *ad hoc*, salvo se inverso exigir o interesse público, manifestamente comprovado.

Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

16


Malgrado a obrigatoriedade da vinculação e a obediência à formalidade que será estabelecida nos certames, os Tribunais vêm entendendo pela relativização do formalismo procedimental, mormente sobre a sua aplicação em excesso.

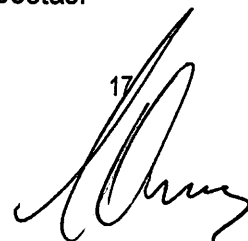
Focando na premissa de que toda licitação deve ser em busca da contratação mais vantajosa para a Administração, seria inviável, para a perfeita contratação administrativa, a adoção de formalidades inúteis, tanto quanto a total liberação para que, com critérios subjetivos, o administrador contrate da forma que melhor o aprouvesse, assim, pois, a falta de formalismo.

As leis e princípios que cingem os processos licitatórios, bem como a contratação, neste caso especialmente o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ressalvam a liberdade para a Administração definir suas condições, entretanto, concomitantemente, estrutura-lhes de modo a restringir a discricionariedade a determinadas etapas.

A exigência da vinculação do administrador não é absoluta, sob pena de quebra da competitividade. Com essa inteligência, vêm os Tribunais abrandando o princípio do formalismo procedimental, quando se tratar de mera irregularidade:

"EMENTA: DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO.

O Edital, no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.

17


Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao Edital não é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração.

O procedimento licitatório é um conjunto de atos sucessivos, realizados na forma e nos prazos preconizados na lei; ultimada (ou ultrapassada) uma fase, preclusa fica a anterior, sendo defeso, à Administração, exigir, na (fase) subsequente, documentos ou providências pertinentes àquela já superada. Se assim não fosse, avanços e recuos mediante a exigência de atos impertinentes a serem praticados pelos licitantes em momento inadequado, postergariam indefinidamente o procedimento e acarretariam manifesta insegurança aos que dele participam.

O formalismo no procedimento licitatório, como já visto anteriormente, não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.

O Supremo Tribunal Federal já exarou sobre esta questão.

Vejamos:

"EMENTA: LICITAÇÃO: IRREGULARIDADE FORMAL NA PROPOSTA VENCEDORA QUE, POR SUA IRRELEVÂNCIA, NÃO GERA NULIDADE."
(STF, ROMS nº 23.714-1/DF, 1ª T., Rel. Min. Sepúlveda Pertence)

Na ausência de dano, não há o que se falar em anulação de julgamento, tampouco de procedimento, inabilitação de licitantes, desclassificação de propostas diante de simples omissões ou irregularidades.

Assim se posiciona o mestre "Hely Lopes Meirelles" sobre a regra dominante em processos judiciais: **"Não se decreta nulidade onde não houve dano para qualquer das partes"**.

Assim, o agente da Administração, ao dar efeito aos critérios estabelecidos na fase da licitação, deve propiciar, com praticidade, a resolução de problemas de cunho condizente com sua competência, sem "engessar" o procedimento, de modo a que o licitante não fique vulnerável à exclusão por qualquer tipo de desconexão com a regra estabelecida, ainda que de caráter formal, salvo quando de todo justificável.

IV) REQUERIMENTOS

Dado o julgamento exato que foi deferido por esse nobre Pregoeiro e Comissão de Licitação, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa *douta* Administração considere como indeferido o recurso da empresa **FABRICIO WESSLER**.

Não obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da Recorrente no que tange à desclassificação da empresa **LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO - LP CAR**, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício.

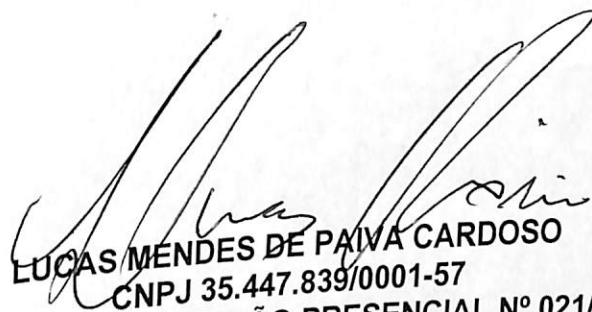
E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Nestes termos,
Respeitosamente,
Pedimos,

19


Bom senso, legalidade,
Moralidade e
Deferimento.

Figueira, 29 de março de 2022.



LUCAS MENDES DE PAIVA CARDOSO
CNPJ 35.447.839/0001-57

VENCEDORA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2022